

# A EFICÁCIA ESTRATÉGICA DOS DRONES PARA A GRANDE ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS

Francis N. Okpaleke<sup>1</sup>  
Al Chukwuma Okoli<sup>2</sup>

## Introdução

As consequências dos ataques de 11 de setembro levaram à proliferação e ao aumento da implantação de drones como estratégia de contraterrorismo dos Estados Unidos para a eliminação de lideranças e assassinatos seletivos de terroristas e seus cúmplices em todo o mundo. Analistas e estudiosos (Strawser 2013, Boyle 2015b) apresentaram fortes argumentos para a continuidade dessa estratégia com base em uma série de razões, incluindo: o custo mais baixo da guerra com drones, sua precisão à distância, sua exatidão em comparação com aeronaves tripuladas, seus efeitos perturbadores em organizações terroristas e o salvamento de vidas de soldados americanos. No entanto, apesar desta dependência de ataques de drones até o momento, pouco se sabe sobre sua eficácia como um instrumento estatal para alcançar os objetivos da grande estratégia dos EUA. Isso ocorre porque os dados sobre os alvos, as localizações, o número, a quantidade exata de terroristas mortos, os ataques frustrados e o número de mortes não intencionais de civis<sup>3</sup> após ataques de drones são classificados como confidenciais pela Agência Central de Inteligência (CIA) (Hazelton 2017). Assim, a avaliação empírica do efeito real dos ataques de drones é especulativa devido às limitadas evidências

---

<sup>1</sup> Departamento de Política e Políticas Públicas, Universidade de Waikato, Nova Zelândia.

<sup>2</sup> Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Lafia, Nigéria. E-mail: [okochuo07@yahoo.com](mailto:okochuo07@yahoo.com)

<sup>3</sup> A maioria dos dados sobre ataques aéreos foram publicados por outras fontes que não a CIA e o JCOS. Essas fontes, que incluem o American Investigative Journal e o Bureau of Investigative Journalism, muitas vezes contam com as informações transcritas dos moradores locais após os ataques de drones. Embora forneçam os dados mais próximos para avaliar a guerra de drones dos EUA, eles podem não refletir alvos e números precisos após os ataques.

confiáveis do governo americano<sup>4</sup>.

Aspectos controversos do uso de drones desde 11 de setembro também colocaram em questão os benefícios políticos e estratégicos (táticos e militares) dos ataques letais de drones para o governo dos EUA. Até agora, a moralidade dos ataques de drones, a morte não intencional de não-combatentes, a geração de sentimentos antiamericanos, a alienação dos EUA perante o mundo islâmico, o abalo da imagem global dos EUA e a possibilidade de que ataques de drones facilitem o recrutamento de combatentes colocam em questão a utilidade dos drones.

Dentro dos círculos políticos e da opinião pública dos EUA, uma forte oposição contrária ao uso contínuo dos drones como uma tática de hard power para os assassinatos seletivos colocou em pauta a política da guerra de drones e como isso potencialmente molda e afeta o apoio do Congresso, a legitimidade do governo e a conquista dos corações e mentes do povo americano para o “Guerra mundial contra o Terror”. A respeito disso, o uso contínuo de ataques com drones gera impactos secundários doméstica e nacionalmente para o governo americano, o que em última instância afeta os objetivos de segurança nacional (Hazelton 2013).

Adicionalmente, embora os drones tenham sido usados até então como ferramenta para facilitar a aliança e apoiar Estados como o Iêmen e o Paquistão, não está claro se os ataques com drones podem ter os mesmos efeitos políticos para os EUA em outros países. Além de violar a soberania territorial dos países onde são efetuados, a questão da constitucionalidade em relação ao uso de ataques de drones contra cidadãos americanos que vivem no exterior e a quantidade de drones do poder executivo conferidos ao presidente para questões de segurança nacional também ocuparam o primeiro plano do debate sobre os fins políticos que esse tipo de ação atinge (Taggart et al. 2017). Do ponto de vista estratégico, ataques letais de drones aumentam potencialmente a possibilidade da sua proliferação em concorrentes próximos dos EUA, como Rússia, China e até atores não-estatais, ameaçando a hegemonia militar americana no ambiente securitário pós-11/9, gerando um dilema de segurança - drones engendrando uma corrida armamentista entre poderes revanchistas e ressurgentes, semelhante à Guerra Fria.

A Grande Estratégia reflete como um Estado pensa para garantir sua própria segurança ou como o instrumento militar deve ser empregado para atingir as metas do Estado (Art 2013, Posen 2014). Os elementos subjacentes da Grande Estratégia dos EUA desde o fim da Guerra Fria tem sido de que

---

4 A administração do presidente Trump afrouxou as restrições associadas às regras da era Obama sobre ataques de drones.

os “EUA devem permanecer sendo a potência militar dominante do mundo, construir alianças, distribuir forças ao redor do mundo, gerenciar instituições globais e estar prontos para intervir em qualquer lugar para garantir estabilidade e promover a democracia liberal” (Miller 2010). Sucessivos governos dos EUA têm usado versões concorrentes da grande estratégia dos EUA desde 11 de setembro, com os ataques de drones, entre as opções da tática ofensiva, apresentando-se com destaque para o cumprimento de objetivos militares. No entanto, a extensão e a precisão com que os drones são usados para a promoção dos objetivos de segurança nacional americana fora dos teatros de guerra e perante a visão da sua Grande Estratégia permanece discutível.

Por um lado, há o debate se os drones são meios militares cruciais que criam oportunidades operacionais para os EUA que, embora longe de serem politicamente livres de custos, são menos controversos do que aeronaves tripuladas, tanto para os alvos quanto para os países visados (Fortmann and von Hlatky 2009, Mayer 2015). Por outro lado, há o questionamento se os drones são simplesmente uma “nova” ferramenta tecnológica do arsenal militar americano úteis para uma diplomacia coercitiva (ameaça ou o uso da força por um Estado para atingir certos objetivos) fora dos espaços aéreos contestados em uma guerra assimétrica (Hennigan 2011, Morris 2018) ou se servem como um instrumento distinto, disponível para os tomadores de decisões promoverem uma gama de objetivos estratégicos (Knopf 2010).

Não está claro, portanto, qual é exatamente o papel que os drones cumprem para os EUA em relação a sua Grande Estratégia. Os debates atuais entre acadêmicos e políticos supõem que as táticas criam estratégias e que a dependência de drones para ataques específicos cria efeitos políticos benéficos ou adversos para a segurança e para os interesses dos EUA (Art 2013, Hazelton 2013). A questão é que, ao analisar o uso atual de drones pelos EUA, não é claro se eles são usados como instrumento de força ou como um elemento da estratégia defensiva ou ofensiva dos EUA nos Estados-alvo. Ou ainda, se os drones estimulam o imperialismo, impondo o unilateralismo e a hegemonia dos EUA em Estados terroristas e “vilões” no ambiente de segurança pós 11 de setembro.

Da mesma forma, não está claro se eles servem principalmente como tática para facilitar a aliança com Estados fracos ou dissuasão contra o terrorismo em geral. Embora possa ser argumentado que os drones facilitam a estratégia de contraterrorismo dos EUA e aumentam sua projeção de poder e hegemonia militar, o argumento principal deste artigo é que o uso de drones após o 11 de setembro enfraquece os objetivos estratégicos dos EUA, evidenciados pelo aumento do antiamericanismo no mundo muçulmano,

pela proliferação de drones por concorrentes próximos dos EUA, pelo número de civis mortos e pelo enfraquecimento do apoio aos EUA em países alvo (Hazelton 2017b).

Isto ressalta a necessidade de uma avaliação mais profunda da justificativa e da confiabilidade dos ataques com drones e do que estes conseguem para os EUA fora da sua utilização em estados-alvo. Para este fim, a utilidade dos drones é analisada dentro das tipologias existentes da Grande Estratégia americana desde 11 de setembro, a fim de determinar dedutivamente os papéis políticos e estratégicos que eles desempenham para os EUA. Colocando, então, os ataques de drones dentro da perspectiva adequada: como uma ferramenta política de segurança nacional, em vez de uma ampla solução de contraterrorismo.

Para obter uma melhor visão sobre o papel dos drones na grande estratégia dos EUA, os ataques com drones serão avaliados a partir das funções politizadas do uso da força: *compellence*<sup>5</sup>, dissuasão, defesa e *swaggering*<sup>6</sup> (Hazelton 2017b).

A *compellence* justifica o uso da força como estratégia para evitar que alvos inimigos entrem em ação e pressupõe a demonstração ao adversário da capacidade de causar duras penas se não mudar sua ação. A *compellence* põe em questão o contexto ético e legal dos ataques com drones por parte dos EUA e exclui a possibilidade de que as autorizações concedidas pelos decisores políticos sejam para infligir danos a suspeitos terroristas ou causar intencionalmente a morte de civis (Miller 2008). O uso dos drones, como uma tática de *compellence*, serve como uma estratégia preventiva para alertar o inimigo, no entanto, ao causar dor, morte ou ameaça, pode não alterar o comportamento visado (Hazelton 2013).

Dissuasão, por outro lado, é o uso do poder militar para impedir o adversário de agir por ameaça de retaliação (Boyle 2013). Como tática de dissuasão, os drones podem ser utilizados diretamente, indiretamente ou por negação. Como dissuasão direta, os ataques com drones previnem futuros ataques negando aos terroristas abrigos seguros e a capacidade de realizar próximos ataques aos interesses dos EUA. Como tática indireta, os drones são usados para pressionar os facilitadores e cúmplices do terrorismo ao invés dos próprios terroristas (Miller 2010). A dissuasão por negação vê o uso de drones como uma tática para impedir a coesão organizacional terrorista e degradar suas capacidades.

Como tática de defesa, os ataques com drones são considerados

---

5 Nota do editor: no sentido de compelir, obrigar o outro a fazer alguma ação.

6 Nota do editor: No sentido de demonstração clara e manifesta de força e superioridade.

ferramentas para a prevenção de futuros ataques à pátria dos Estados Unidos e para assassinatos seletivos de líderes e afiliados de grupos terroristas. *Swaggering* é o uso direto e a projeção de força bruta para intimidar ou coagir adversários (Zegart 2018). Drones como uma tática de “*swaggering*” implica que seu uso contra terroristas e seus cúmplices é principalmente para mostrar o poder dos EUA e para alertar ainda mais seus adversários de suas capacidades ofensivas. Essas possibilidades sobre o uso da força enfatizam a necessidade de avaliar o uso de drones a partir de um contexto político teórico. Analisar ataques com drones dessa forma permite uma avaliação do emprego de drones nos campos de batalha, declarados ou não declarados, onde já foram utilizados. Do mesmo modo, isto inclui teatros em que os EUA têm permissão nacional ou internacional para atacar, teatros em que não o têm, e assim por diante.

Este artigo está estruturado em seis partes. A primeira parte fornece o contexto e os temas-chave. A segunda parte descreve o pós-11 de Setembro e o aumento do armamento letal dos drones nas operações de contraterrorismo dos EUA em estados-alvo. A terceira parte analisa a Grande Estratégia dos EUA antes e depois do 11 de Setembro. A quarta parte examina o papel dos drones na estratégia ofensiva unilateral de Bush. Na quinta parte, os dilemas da guerra com drones para a Grande Estratégia dos Estados Unidos sob Bush são explorados. A última parte é uma análise das implicações políticas e estratégicas do uso dos drones.

## O Pós-11 de Setembro e a Ascensão dos Drones

Assim como os aviões armados pilotados, os drones - um termo coletivo para veículos aéreos não tripulados, veículos pilotados à distância e sistemas militares não tripulados - fornecem inteligência, reconhecimento, vigilância, e também capacidade de ataque. Eles são controlados remotamente por pilotos em terra ou de forma autônoma com base em uma missão pré-programada e alcançam uma variedade de efeitos militares como outras plataformas aéreas. Eles podem matar, incapacitar, apoiar os combatentes no solo, destruir, devastar, obstruir, negar acesso, observar e rastrear (Hazelton 2013). Tal como os pilotos que fornecem apoio aéreo próximo, disparando mísseis, ou lançando bombas, espera-se que os operadores dessas aeronaves respeitem as leis de guerra, atacando com base em informações claras, incluindo a avaliação dos custos humanos potenciais. Os drones, contudo, parecem distanciar a brutalidade da humanidade, criando uma “nova espécie de guerra” ao desumanizar a morte (Heyns 2013) quantificando vidas civis nas

mãos dos operadores de drones e contribuindo para o que Heather descreve como a “gamificação da morte” (Heather 2013).

Após o colapso da União Soviética no início dos anos 90, os EUA emergiram como a potência unipolar ou hegemônica com domínio geral dos recursos de poder, especialmente na esfera militar, incluindo uma capacidade única de projeção de poder global (Miller 2010). O período que marcou a transição da Grande Estratégia dos Estados Unidos da contenção para o realismo defensivo foi caracterizado pela ausência de qualquer grande potência disposta e capaz de ameaçar os Estados Unidos, no Sistema Internacional. O declínio no nível de ameaça externa permitiu aos EUA o luxo de propor uma estratégia liberal defensiva em vez de ofensiva. Sob a doutrina liberal defensiva, os EUA colocaram forte ênfase no multilateralismo e uma disposição para empreender intervenções humanitárias limitadas (Brooks, IkenberryWohlforth 2013).

O impacto dos ataques de 11 de setembro, contudo, mudou a postura defensiva dos EUA no ambiente internacional, resultado de novas e emergentes ameaças que desafiavam a sua unipolaridade e segurança. Isso culminou com uma segunda mudança na Grande Estratégia dos EUA para uma estratégia liberal mais ofensiva com base na promoção da democracia pela força nos Estados pária ou terroristas e uma disposição para declarar o unilateralismo dos EUA, conforme expresso na Doutrina Bush e executado na invasão do Iraque em 2003. Essa mudança também alterou a estratégia de contraterrorismo dos EUA, com a inclusão de ataques letais com drones no arsenal americano de armas de combate.

## **A Grande Estratégia dos EUA antes e depois do 11 de Setembro**

Antes dos eventos do 11 de setembro a grande estratégia inicial dos EUA, pode ser descrita como ancorada no globalismo democrático - estabelecendo que os interesses políticos e de segurança dos EUA podem ser mais bem alcançados através da promoção de instituições políticas liberais e da aplicação do poder militar e político dos EUA em intervenções democráticas em todo o mundo (Jervis 2003, Miller 2010). Muitos, incluindo Art e Cronin (2003) e Hurst (2005), argumentaram que a Grande Estratégia de Bush durante esse período era desprovida de elementos de liberalismo ofensivo ou, mais precisamente, de planos para afirmar o unilateralismo dos EUA e capacidade única de projeção de poder global - alcançada como a potência hegemônica emergente após o colapso da União Soviética - em Estados pária ou naqueles que forneciam refúgios seguros para os terroristas. Isso foi expresso pela

ambivalência de Bush em efetuar uma mudança de regime no Iraque ou ordenar uma ação militar ofensiva contra o governo baathista.

Da mesma forma, a orientação de política externa inicial de Bush, ou a ‘Primeira Doutrina Bush’ como foi descrita por analistas, concentrou-se em fortalecer o poder militar dos EUA e equilibrar a competição entre grandes potências. Isso ficou evidente na objeção de Bush à implantação de militares dos EUA em intervenções humanitárias, conforme declarado durante sua campanha presidencial de 1999 (Leffler 2011). Efetivamente, a Grande Estratégia inicial da era Bush pode ser resumida como centrada na mudança da estratégia liberal defensiva da era Clinton para uma abordagem realista defensiva mais humilde focada no multilateralismo: intervenções humanitárias limitadas com pouca inclinação para tendências liberais ofensivas<sup>7</sup>.

O resultado dos ataques de 11 de setembro, no entanto, causou uma mudança de paradigma na Grande Estratégia dos EUA, de uma que se focava no globalismo democrático para uma Grande Estratégia inflexível que expressava a fungibilidade do poder americano. Os ataques de 11 de setembro alteraram a percepção do ambiente securitário e aumentaram as preocupações de que grupos terroristas possam ser encorajados a realizar mais ataques de represália contra o território Estados Unidos (OkpalekeBurton 2020). Formando a base da era Bush, guerra preemptiva e preventiva, e levando à mudança nas prioridades da segunda doutrina Bush.

A forte tradição de contraterrorismo pós 11 de setembro foi mantida na administração Obama. Embora a Grande Estratégia de Obama seja ligeiramente diferente da de Bush em termos de seus princípios (ao exaltar as restrições, o multilateralismo e o uso do *soft power* de Washington para tratar de questões de âmbito global), manteve a intensificação dos ataques de drones em estados-alvo, defendeu o envio de militares dos EUA para a região da Ásia-Pacífico a fim de desafiar a postura militar da China e suas reivindicações territoriais no Mar do Sul da China e além de facilitar o aumento do envio de tropas para o Iraque, Afeganistão, Norte da África e Síria. Em suma, Lofflman conceituou a Grande Estratégia de Obama como um “discurso híbrido” que enfatizava:

que os EUA continuaram a ser o poder dominante mundial encarregado de exercer a liderança global, mas também de subverter o unilateralismo de Bush e a visão neoconservadora da primazia com uma abordagem mais

---

<sup>7</sup> Embora houvesse sinais claros de perigo, incluindo os ataques contra o USS Cole e o precedente ataque ao World Trade Center, a administração Bush tratou a iminente ameaça da Al-Qaeda como benigna.

conciliadora de cooperação e consulta multilateral (Loffman 2017, 17).

Tal como Obama, a Grande Estratégia de Donald Trump também manteve a tradição pós 11 de Setembro da guerra com drones e uma vigorosa estratégia de contraterrorismo. A grande estratégia de Trump pode ser resumida como um “realismo com princípios” com conotações nacionais isolacionistas combinado a uma visão de mundo de soma zero com base em uma concepção materialista de poder e ordem internacional além de um reaparecimento da soberania populista. Hal Brands (2017, 10) a vê como uma visão “nativista, protecionista e nacional-isolacionista para os EUA sob o slogan populista ‘*American First*’, que desafia o consenso de Washington pós-Guerra Fria da hegemonia liberal”. A ampliação dos ataques dos EUA com drones fora dos campos de batalha tradicionais durante a administração Trump evidenciou a continuidade no padrão de mudança da grande estratégia dos EUA após o 11 de Setembro. A seguir, examinaremos a utilização de drones na Grande Estratégia de Bush.

## A Utilidade dos Drones na Estratégia Ofensiva Unilateral de Bush

Após os ataques de 11 de setembro, a administração Bush iniciou um plano de transferências de indivíduos alegadamente terroristas, não identificados (com o envolvimento dos Estados Unidos ou de seus agentes), em circunstâncias que levantam a probabilidade de que fossem submetidos a tortura ou a tratamentos cruéis e degradantes, para centros de detenção secretos em Estados estrangeiros ao redor do mundo (Sadat 2006). Nesse programa, reconhecido publicamente por Bush em 6 de setembro de 2006, os suspeitos eram vendados, algemados, sedados, detidos ilegalmente, torturados por qualquer meio necessário e, em alguns casos, mortos na distante Baía de Guantánamo ou na prisão de Abu Ghraib (Sadat 2004).

Devido à reação pública e ao debate do Congresso sobre a natureza doentia dessa política controversa, o governo dos Estados Unidos, com base em um memorando de 30 de dezembro de 2004, suspendeu o programa. Com a redução da atenção dessa política da administração Bush, o foco deslocou-se para a utilização de drones para as operações de ataques a suspeitos de terrorismo como prevenção de ataques ao solo americano. Portanto, é fundamental ressaltar como os ataques letais com drones serviram aos objetivos estratégicos militares dos Estados Unidos.

Os drones serviram para uma série de propósitos para a estratégia ofensiva unilateral de Bush como para o abate de lideranças, para assassinatos



direcionados, e para a promoção da democracia nos estados “vilões”, entre outras funções. Após o 11 de setembro, enfoque nas lideranças das organizações terroristas se tornou uma característica fundamental das políticas de contraterrorismo. A Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (NSCT) de 2003 afirma que as lideranças são essenciais para a atividade terrorista e que sua eliminação pode resultar um colapso organizacional.

Assim, o foco principal do uso dos drones para Bush era a eliminação dos líderes associados a Al-Qaeda global e suas afiliadas, baseado na ideia de que uma vez que a liderança seja morta, a estrutura organizacional do terrorismo seria desmontada (Reymond 2012). Os drones, devido à sua precisão e à capacidade letal de suas armas, eram, portanto, adequados para esse propósito já que graças aos recursos que os permitem identificar os alvos remotamente e eliminá-los assim que a inteligência corresponda à “ordem para matar”.

Isso explica por que, imediatamente após a morte de Abu Musab al-Zarqawi, o presidente anunciou que os EUA haviam desferido um “duro golpe” à Al-Qaeda (citação de Bush em Flibbert 2006). O evento demonstrou que o sucesso do programa de drones durante sua primeira etapa, definido pela capacidade de matar outros alvos de alto valor como Harethi e Nek Mohammad, deu ao governo Bush a impressão de que se limitados ataques de drones foram bem-sucedidos, um maior número de ataques seria ainda melhor.

Outro uso de drones na era Bush foram os assassinatos pré-definidos direcionados à rede de líderes da Al-Qaeda e do Taleban no Afeganistão, nas remotas regiões tribais do Paquistão e depois expandido para a Somália e o Iêmen (Walsh 2018). Nos dois mandatos de Bush, 53 ataques de drones foram autorizados em Estados-alvo, particularmente no Paquistão e no Afeganistão, com a maioria desses ataques (48) ocorrendo no último ano de seu governo. A base legal interna para as operações de contraterrorismo dos EUA e para o assassinato seletivo de membros do Talibã e da Al-Qaeda e seus afiliados em todo o mundo é a Autorização para o Uso de Força Militar (AUMF), que o Congresso dos EUA aprovou poucos dias depois do 11 de setembro.

O estatuto confere ao presidente o poder de “usar toda a força necessária e apropriada” na perseguição dos responsáveis pelos ataques terroristas (Flibbert 2006). Embora o uso de assassinatos de alvos específicos em tempos de paz seja uma prática ilegal nos Estados Unidos desde 1976, na era Bush, a Casa Branca sustentou que os EUA, de acordo com o Artigo 51 da Carta da ONU, permitem o assassinato seletivo de pessoas, como as do alto escalão da al-Qaeda, que estejam planejando ataques, tanto dentro quanto fora dos teatros de guerra declarados (Ronald, Shaw e Ahkter 2012).

Dessa forma, os drones foram usados na era Bush como uma prerrogativa para perseguir alvos unilateralmente em Estados sem consentimento prévio daquele país caso não quisesse ou não pudesse lidar de forma eficaz com a ameaça. Gallarotti (2010), descreve os complexos processos envolvidos no uso de drones para os assassinatos seletivos de alvos específicos por parte dos Estados Unidos: (i) decidir se o alvo é uma ameaça significativa aos interesses dos EUA, (ii) estar ciente das questões de soberania do Estado, (iii) ter a certeza da identidade do alvo (iv) e garantir que civis inocentes não serão feridos e (v) realizar um processo de revisão adicional se o indivíduo for um cidadão americano. Contudo, essa prática tem sido criticada devido às mortes de civis e a outros efeitos colaterais (Bergen e Tiedemann 2011, Qadir 2014).

Para Bush, os drones também serviram como a arma liberal preferida para minimizar as baixas civis e obedecer às leis do conflito armado enquanto, ao mesmo tempo, tentava internamente obter o *soft power* do Congresso e do público americano. Isso se deve à sua capacidade única de satisfazer a regra da “guerra de transferência de risco”, ao respeitar as leis do conflito armado e limitar os gastos ao mesmo tempo (Boyle 2013, 10). Assim, os drones serviram como a arma preferida na era Bush para a mudança da estratégia dos EUA do realismo defensivo para o liberalismo ofensivo. Como Sauer e Schornig (2012) observam, “ataques letais com drones parecem um ajuste perfeito para a guerra democrática por meio de seu apelo às características utilitárias e normativas das democracias”. Entretanto, a argumentação a favor do uso de drones para a promoção da democracia no Afeganistão, no Paquistão ou Irã é limitada, uma vez que a utilização de estratégias ofensivas gerou efeitos democráticos contrários. Isto é, os drones parecem piorar ao invés de promover a democracia em Estados pária e terroristas.

## As Implicações da Guerra de Drones para a Grande Estratégia dos EUA: a Era Bush

Os ataques com drones sob Bush, apesar de seus sucessos ao eliminar lideranças, assassinar alvos específicos e reduzir o envio de tropas e o número de baixas, pareceram enfraquecer, em vez de fortalecer, os EUA (Okpaleke e Burton 2020). Em primeiro lugar, para além do Iraque, a cruzada militarista dos EUA sob Bush para cumprir os pilares de sua doutrina pareceu ser autodestrutiva e enfraquecedora. As táticas militares ofensivas implantadas, como ataques com drones para erradicar os terroristas em suas células ocultas, aumentaram fora do Oriente Médio a militância antiocidental e alienavam o

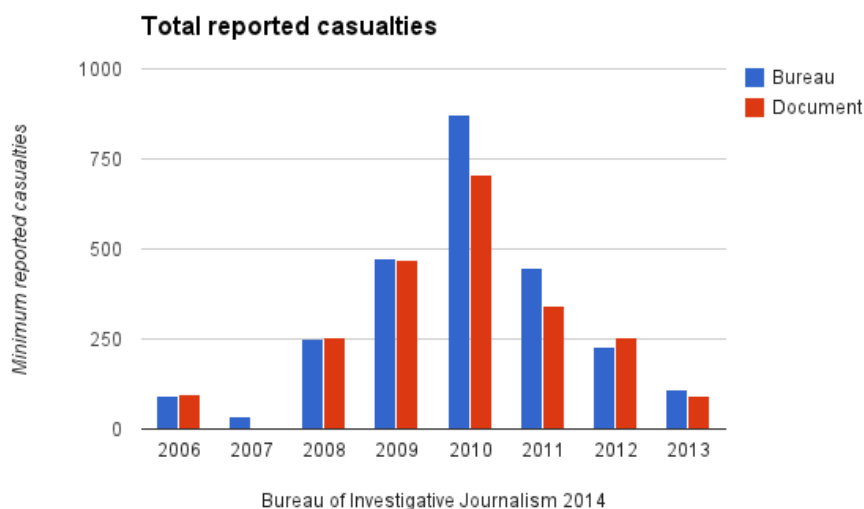
governo das nações-alvo, como é evidente no Paquistão e no Iêmen (Gallarotti 2010, Bergen e Rowland 2013). Dessa forma, Jervis (2005) afirma que o uso das capacidades dos EUA na guerra contra o terrorismo na verdade aumentou a vulnerabilidade americana ao estimular o terrorismo e mobilizar o apoio a movimentos antiocidentais nos países onde ocorreram os ataques de drones. Betts acrescenta:

Os ataques com drones pareceram inflamar os inimigos americanos anteriores ao 11 de Setembro e os assassinatos seletivos da segunda fase da autorização do uso de drones por Bush, em consonância com a AUMF, criou uma teia de medo e maiores inimigos nos territórios invadidos (Betts 2002, 12).

Um estudo recente de Shah (2018) sobre o impacto dos drones no que ele descreveu como “territórios perpetrados”, demonstrou resultado negativo em países muçulmanos sobre a percepção da imagem dos EUA como uma ameaça militar após os ataques com drones durante a era Bush. Esta conclusão é análoga a uma pesquisa do instituto Pew Research conduzida em 2003 avaliar a percepção sobre os EUA. A pesquisa indicou que em sete de oito nações muçulmanas, a existência de coalizões hostis aos EUA aumentou em áreas onde antes eram mínimas. Estudos realizados em países muçulmanos como os de Jervis (2005) e Raymond (2012) demonstraram que a hostilidade dos EUA serviu de catalisador para perpetrar atos de coerção em vez de eliminá-los. Assim, a dependência excessiva do hard power (e dos drones) para lidar com o terrorismo na era Bush mostrou ter sido muito contraproducente para melhorar a imagem dos Estados Unidos como defensores da democracia.

Pesquisas sobre radicalização e recrutamento terroristas entre 2004 e 2008 mostraram que houve um aumento dramático nas mortes por atentados suicidas no Afeganistão e no Paquistão - que foram os dois principais alvos dos ataques com drones da era Bush (Leffler 2011, Bergen e Rowland 2013). Embora seja impossível provar a causalidade direta apenas com os dados, devido ao sigilo sobre os dados sobre o uso de drones, as informações disponíveis fornecem uma estimativa próxima do total de mortes de civis. Por exemplo, como mostra a Figura 1, há discrepâncias evidentes entre os números de vítimas publicados pela Agência Central de Inteligência (CIA) e pelo *Bureau of Investigative Journalism*.

**Figura 1: Comparação do relatório da CIA e do Bureau of Investigative Journalism de 330 ataques de drones de Bush em 2007-2008 no Paquistão**



**Fonte: Bureau of Investigative Journalism (2014).**

Portanto, é provável que os ataques de drones forneçam motivação para retaliação e que haja uma relação substantiva entre o número crescente de ataques de drones e o número crescente de ataques de retaliação (Gallarotti 2010). Como os dados publicados pelo Bureau of Investigative Journalism (2014) mostram, para cada ataque proposital e de grande importância dos EUA, muitos outros ataques menos chamativos ocorrem. Esta situação foi enfatizada no relatório sobre alvos de elevado interesse publicado pela CIA (2004, 104):

Os potenciais efeitos negativos das operações sobre alvos de elevado interesse incluem o aumento do nível de apoio aos insurgentes, o fortalecimento dos laços de grupos armados com a população, a radicalização dos restantes líderes de um grupo de rebeldes, a criação de um vácuo no qual grupos mais radicais podem entrar, e a escalada ou redução da escalada de um conflito de forma a favorecer os insurgentes.

Esses tipos de ataques podem ser explicados pelo que os estrategistas militares David Killcullen e Andrew Exum chamam de síndrome de “guerrilha

acidental” - na qual as forças de ocupação confundem os movimentos de resistência locais e regionais que lutam por seus interesses como parte de uma organização maior (Killcullen e Exum 2009). Isto é, uma rejeição local de forças externas. Assim, para o governo Bush, o uso da guerra de drones como a única ferramenta política na região do Território Federal das Áreas Tribais (FATA), no Paquistão, para prevenir refúgios terroristas sem qualquer envolvimento político local, sem dúvida acabou criando guerrilhas acidentais que minaram a promoção da democracia americana e a estratégia de contraterrorismo na região. Esses ‘novos combatentes’ contribuíram para o crescimento de células terroristas, o que levou ainda mais a dificultar as operações dos EUA de contra insurgência. Dessa forma, Shah escreve:

Os novos combatentes incapazes de retaliar os EUA dentro do FATA, ou cruzam a fronteira para o Afeganistão, onde as tropas dos EUA, as forças da OTAN e as forças de segurança afegãs estão concentradas e são alvos facilmente identificáveis ou se juntam às fileiras de grupos como o Taleban paquistanês, cujos ataques dentro do seu próprio país desestabilizam a aliança EUA-Paquistão (Shah 2014, 65).

Além disso, embora a noção de ataque dos céus, sem agência direta ou responsabilidade parecesse ser, na teoria, um veículo atraente para o contraterrorismo dos EUA durante a era Bush, teve um preço alto para a Grande Estratégia dos EUA ao complicar a missão estratégica dos EUA no Afeganistão, bem como a frágil relação com o Paquistão (Qadir 2014). A razão para isso é que os drones representavam uma ameaça à soberania nacional desses países devido a uma espécie de guerra não declarada, resultando, de acordo com Gallarotti (2010, 20), em uma “enorme pressão sobre as estruturas governamentais nesses países, ao mesmo tempo em que piorava a volatilidade social na área alvo com efeitos imprevisíveis”.

O dano colateral resultante, composto por mortes extrajudiciais, danos materiais e efeitos traumáticos após ataques de drones, alimentou a instabilidade e aumentou a retaliação violenta contra alvos convenientes, criando ainda mais uma crise de legitimidade nos estados-alvo, manifestada em protestos anti-drones da oposição, como visto no Paquistão, Iêmen e outros locais. Esse resultado inesperado foi denominado como efeito “*blowback*”<sup>8</sup>, ao demonstrar como os drones causam descontentamento doméstico e nacional devido à vulnerabilidade assimétrica de indivíduos em Estados-alvo e a impossibilidade do governo em proteger seus cidadãos de seu impacto.

Indiscutivelmente, a estratégia de confronto de Bush com drones para

---

8 Nota do editor: Efeito bumerangue e/ou de um tiro pela culatra.

livrar os EUA das ameaças do terrorismo e das armas de destruição em massa parece ter tornado as ameaças ainda maiores por causa da reação negativa gerada por ataques com drones nos Estados-alvo (Okpaleke e Burton 2020). Com respeito aos três principais objetivos do governo, um dos efeitos mais devastadores dessa postura de *hard power* da Doutrina Bush foi a diminuição da capacidade dos EUA de atingir esses objetivos, como resultado desse feedback negativo que minou o aspecto de *soft power* da política externa de Bush (Miller 2006).

As razões para isso derivam do fato de que antes do 11 de setembro, as políticas de contra-insurgência existentes nos Estados Unidos se concentravam no uso da força para evitar o surgimento de novos insurgentes e mortes de civis. No entanto, no governo de Bush, essas políticas foram marginalizadas por uma política de assassinatos seletivos de alvos específicos utilizando drones. Esses ataques letais de drones não conseguiram eliminar efetivamente a liderança de grupos terroristas anti-EUA com base em evidências do Paquistão e Iêmen (BIJ 2013), em vez disso, resultaram na morte de centenas de combatentes, mas que posteriormente foram apontados como civis (Ronald, Shaw e Akhtar 2014). Portanto, a grande quantidade de sobreviventes e testemunhas destes ataques brutais possui os incentivos sociais para se juntar às fileiras dos grupos que visam e atacam alvos dos EUA no Afeganistão através da fronteira porosa que, por si só, resultou na insatisfação política latente devido aos contra-ataques nas cidades onde é usada (Boyle 2016). Portanto, devido à política de contra insurgência na fronteira do Afeganistão, que depende de “corações e mentes” e de tropas vivendo no solo lado a lado com civis, os danos a essa campanha de alto custo são ainda mais evidentes.

## As Implicações Políticas e Estratégicas de Ataques com Drones para a Grande Estratégia dos EUA

O existente uso de drones pelos EUA, no entanto, levanta uma série de considerações críticas para a Grande Estratégia dos EUA com implicações políticas e estratégicas subjacentes. A primeira consideração vem do descontentamento interno nos EUA e os sentimentos antiamericanos gerados internacionalmente nos países onde os drones têm sido utilizados até agora. Nos EUA, o apoio do Congresso e do público à continuidade do uso de drones tem sido fomentado por escassez de informação e transparência a respeito dos ataques cirúrgicos nos Estados-alvo (Strawser 2012). Considerando a importância do apoio doméstico para o exercício do poder militar no exterior, a expansão da política de drones pelas sucessivas administrações americanas

pode ter o mesmo destino que a política da era Bush de extradição forçada e das escutas telefônicas sem fio — o desmantelamento das políticas, apesar de seu modesto sucesso inicial como tática preventiva e defensiva contra a Al-Qaeda e suas afiliadas, graças à unipolaridade, à rejeição pública e à ilegalidade.

Internacionalmente, as crescentes objeções e frustrações públicas dos países anfitriões (Iêmen e Paquistão) e outros parceiros de contraterrorismo dos EUA a respeito da continuidade da política de drones contra seus cidadãos, e a oposição contra bases em territórios de parceiros contraterroristas não-anfitriões dos EUA impõe restrições adicionais à política de drones dos EUA, particularmente no Oriente Médio, colocando em questão a utilidade política dos drones como ferramentas políticas no exterior.

A segunda consideração de risco é a proliferação de drones. Até então, o atual uso de drones provoca o que Micah Zenko denomina a “Terceira Guerra da América” (Zenko 2013). Essa guerra, definida por ser remota e de precisa pontaria aos combatentes inimigos, tem sido a característica definidora da ofensiva militar dos EUA no Afeganistão, Paquistão, Iêmen, Somália e Líbia e, mais recentemente, na Síria (Chamayou 2015). No entanto, o quase monopólio dos EUA para o uso de ataques letais de drones desde 2002 pode se desgastar à medida que mais países reconhecem e desenvolvem drones como um valioso recurso militar.

Recentemente, potências militares modernas, como a Alemanha e Israel, anunciaram planos para adquirir drones de combate, enquanto vários outros países têm capacidades crescentes em matéria de drones armados, sobretudo os chineses, iranianos e russos (Zen 2015, Boyle 2016), dos quais a China representa a ameaça mais significativa em termos da capacidade letal dos seus drones, potencialmente ameaçando as capacidades militares e de operações aliadas dos EUA quando desenvolvidas por concorrentes próximos (Kirton 2015). De acordo com Kilcullen e Exum, “a ameaça à vantagem tecnológica dos EUA não deriva da superioridade numérica dos adversários, mas da aplicação crescente de tecnologias que até então eram exclusivas da superioridade tecnológica dos EUA” (Kilcullen e Exum 2009). Embora o uso contínuo de drones e suas tecnologias aliadas aumentem as perspectivas de os Estados Unidos reafirmarem sua superioridade tecnológica no ambiente de segurança pós 11 de setembro, isso pode gerar efeitos que minam o poder de sua tecnologia e o alcance militar. Como descreve David Kilcullen:

Nós [os EUA] matamos um grande dragão, mas vivemos agora em uma selva repleta de uma variedade desconcertante de cobras venenosas, ao lidar com estas cobras, como é evidente na utilização tecnológica dos EUA no Afeganistão, Paquistão, e Iraque, demonstramos como combatemos

nas guerras modernas e, consequentemente, demos aos potenciais concorrentes próximos um plano de como contrapor as capacidades essenciais que sustentam a superioridade militar dos EUA (Kilcullen 2010, 40).

Portanto, o mundo no qual os EUA respondem com a maior proliferação de drones pode ser aquele no qual podem não ter mais a escolha de optar por se recusar em lidar com ameaças potenciais, mas um mundo no qual potenciais competidores podem cada vez mais desenvolver meios para conter vantagens militares chave dos EUA, dificultando seus objetivos estratégicos. A iminência de uma corrida armamentista devido à proliferação de drones já está próxima, podendo ser percebida em desenvolvimentos recentes de sistemas de defesa anti-drones e drones furtivos (que têm sido usados pelos EUA há quase uma década, mas agora também estão nos arsenais de potências ressurgentes e revanchistas, como Rússia e China). Com países como Paquistão, Irã, Turquia e Israel também investindo em seus próprios programas de drones militares, os riscos de proliferação por meio do mercado internacional de armas também aumentam o risco de que Estados pária e atores não estatais possam capitalizar essa tecnologia no planejamento de retaliações e ataques contra os EUA.

O terceiro risco é a morte de civis após ataques de drones e seu impacto na noção dos civis nos territórios visados. Esta consideração é baseada no argumento de que os drones atualmente possuem a capacidade de atingir seus alvos pretendidos com o mínimo de danos colaterais, dependendo de seu sistema de precisão (Sauer e Schoring 2012) através de três maneiras: primeiro, ataques de drones são baseados na confirmação de que o alvo pretendido está engajado no comportamento que o colocou na lista de alvos, reduzindo assim a probabilidade de ataques com base em inteligência falha. Em segundo lugar, os drones estabelecem o “padrão de vida” do alvo pretendido, o que permite aos operadores prever quando o alvo estará suficientemente isolado para permitir um ataque que provavelmente não ferirá civis (Hollis 2016). Em terceiro lugar, os drones são controlados remotamente, de modo que a decisão de empregar uma arma pode ser revisada em tempo real por advogados, analistas de inteligência e comandantes seniores sem qualquer preocupação (na maioria dos casos) de que uma hesitação em agir possa custar vidas (Hazelton 2010).

Contudo, os dados disponíveis publicados pelo Bureau of Investigative Journalism, pela Air Wars e pela New America Foundations sobre as consequências de ataques de drones mostram que entre 2002 e 2020 cerca de 1850-2840 combatentes morreram em ataques de drones no Afeganistão,



Paquistão, Líbia, Somália, Iêmen, Síria e Iraque. Embora a CIA forneça estimativas mais baixas de mortes, os números publicados nem sempre consideram o número exato de mortes não intencionais após ataques de drones. Além disso, não há base empírica para determinar com precisão o número preciso de alvos não intencionais mortos, pois essas informações são frequentemente confidenciais.

Desde 2017, durante o governo do presidente Donald Trump, parece haver uma continuação dos ataques de drones como uma política de contraterrorismo para os EUA e a expansão dos ataques de drones, não apenas contra Al-Qaeda e do Talibã, mas especificamente contra o Estado Islâmico na Síria (ISIS) também. Os dados disponíveis até agora da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA 2017) documentam que, no primeiro semestre de 2017, as campanhas de ataque aéreo (incluindo com drones) resultaram em 43 por cento das vítimas civis. Além das implicações legais, morais e éticas das mortes de civis (que não são o foco desse artigo), os ataques com drones geram resultados contraproducentes na política interna desses países, que não apenas inibem a agenda liberal internacional dos EUA, mas também alimentam o apoio à política linha-dura antiocidental no mundo islâmico. No Paquistão, por exemplo, sob a administração Obama, a expansão dos ataques com drones e o aumento das mortes de civis provocou tensões políticas contra o governo paquistanês, que tinha uma aliança com os EUA ao permitir que os ataques com drones dizimassem os refúgios dos terroristas na região do FATA e em locais remotos no Paquistão (Shah 2014).

A quarta consideração são os efeitos do *blowback* - isto é, os ataques de drones inflamam o sentimento nacional contra os EUA e facilitam o recrutamento de combatentes e retaliação (Hudson, Owens e Flannes 2012). Isso implica que a continuação dos ataques com drones potencialmente saia pela culatra para os EUA, semeando descontentamento em vez de dizimar organizações terroristas, pode ser um catalisador para mais convulsões, para a perda de apoio dos EUA e para produzir o que Gallarotti, (2010) denominou como “desempoderamento” da política externa dos EUA no Oriente Médio. Portanto, além dos objetivos de curto prazo que os ataques com drones tem para os Estados Unidos uma consideração crítica reside na implicação a longo prazo da sua utilização contínua caso os sucessivos governos continuem a usar seu arsenal para o estadismo.

Assim, à medida que a utilização de drones continua aumentando, bem como seu uso nas operações de contraterrorismo adotadas pela sucessiva administração dos EUA, as questões não respondidas sobre a utilidade política e estratégica dos drones aumentam potencialmente as vulnerabilidades e incertezas a longo prazo para os EUA. Com o armamento da inteligência

artificial (IA), o uso de drones potencialmente provoca um dilema de segurança na esfera internacional com impacto no equilíbrio militar, concorrência das grandes potências, que os EUA podem não ser capazes de dispensar.

## Considerações Finais

Este artigo revisou a guerra de drones dos Estados Unidos, explorando-a dentro do contexto da grande estratégia dos Estados Unidos, com foco na era Bush. O argumento de que os drones serviam como ferramenta para facilitar as estratégias ofensivas unilaterais dos EUA baseava-se no uso letal de ataques de drones para eliminar lideranças, assassinar alvos específicos e promover a democracia limitada. No entanto, esse artigo examinou o efeito adverso dos drones para a doutrina Bush, à luz da Grande Estratégia. Demonstrou que os drones não apenas produziram uma política externa limitada baseada na projeção e coerção, mas também causaram efeitos que eram antitéticos para os EUA, ao gerar antiamericanismo, reação internacional para mortes de civis após ataques de drones e ao conferir aos EUA poderes “imperiais” já que as operações de drones potencialmente descon sideraram a soberania territorial nesses países e, no caso de haver cooperação formal do estado (como no Paquistão e no Iêmen), os ataques foram envoltos em segredo e os alvos confidenciais. Também determinou que o sucesso inicial das mortes por drones em desorganizar organizações estratégicas gerou sua própria obsolescência, pois quanto mais os ataques se concentram na parte menos relevante da hierarquia militar, menores são os efeitos críticos sobre a organização do grupo por serem alvos de menor importância.

## REFERÊNCIAS

- Art, R.J. and Cronin, P.M. eds. 2003. *The United States and coercive diplomacy*. US Institute of Peace Press.
- Art, R.J. 2013. *A grand strategy for America*. Cornell University Press.
- Bergen, P. and Rowland, J. 2013. “Drone wars”. *The Washington Quarterly* 36 (3): 7-26.
- Bergen, P. and Tiedemann, K. 2011. “Washington’s Phantom War: The Effects of the US Drone Programs in Pakistan”. *Foreign Affairs* 90: 12.
- Boyle, M.J. 2013. “The costs and consequences of drone warfare”. *International Affairs* 89 (1): 1-29.
- Boyle, M.J. 2015. “The legal and ethical implications of drone warfare”. *Orbis* 59 (1): 76-94.

- Boyle, M.J. 2015b. "The race for drones". *Orbis* 59 (1): 76-94.
- Boyle, M.J. 2016. "Drone wars: transforming conflict, law, and policy". Edited by Peter L. Bergen and Daniel Rothenberg; *Drone theory*. By Grégoire Chamayou.
- Brands, H. 2014. *What good is grand strategy? Power and purpose in American statecraft from Harry S. Truman to George W. Bush*. Cornell University Press.
- Brands, H. 2018. *American grand strategy in the age of Trump*. Brookings Institution Press.
- Brooks, S.G. Ikenberry, G.J. and Wohlforth, W.C. 2013. "Lean forward: In defense of American engagement". *Foreign Aff.* 92, p.130.
- Bush, G.W. 2009. *National strategy for combating terrorism*. Wordclay.
- Chamayou, G. 2015. *Drone theory*. Penguin UK.
- Cohen, H. 2004. "The Bush Doctrine of Strategic Preemption: A Revolutionary Upheaval or a Predictable Evolution of the International System?". *American Foreign Policy Interests* 26 (2): 123-128.
- Cronin, A.K. 2013. "Why drones fail: when tactics drive strategy". *Foreign Aff.* 92: 44.
- Enemark, C. 2011. "Drones over Pakistan: secrecy, ethics, and counterinsurgency". *Asian Security* 7 (3): 218-237.
- Flibbert, A. 2006. "The road to Baghdad: Ideas and intellectuals in explanations of the Iraq War". *Security Studies* 15 (2): 310-352.
- Gallarotti, G.M. 2010. *The power curse: influence and illusion in world politics*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Gardner, L.C. 2005. "Damned high wire, on the special relationship that unites Bush and Blair in Iraq". *Journal of Transatlantic Studies* 3 (S1): 43-62.
- General, U.S. 2017. *Special Report on the Strategic Review of the United Nations Assistance Mission in Afghanistan*. US.
- Gray, C.S. 2013. *War, peace and international relations: an introduction to strategic history*. Routledge.
- Gusterson, H. 2016. *Drone: remote control warfare*. MIT Press.
- Hazelton, J.L. 2013. "Drones: what are they good for?". *Parameters* 42 (4/1): 29.
- Hazelton, J.L. 2017. "The 'Hearts and Minds' Fallacy: Violence, Coercion, and Success in Counterinsurgency Warfare". *International Security* 42 (1): 80-113.
- Hazelton, J.L. 2017b. "Drone Strikes and Grand Strategy: Toward a Political Understanding of the Uses of Unmanned Aerial Vehicle Attacks in US Security Policy". *Journal of Strategic Studies* 40 (1-2): 68-91.
- Hennigan, W.J. 2011. "Civilian Use of Tiny Drones May Soon Fly in US". *Seattle Times*.
- Heyns, C. 2013. *Extrajudicial, summary or arbitrary executions*.
- Hollis, D.B. 2016. "Setting the Stage: Autonomous Legal Reasoning in International Humanitarian Law". *Temp. Int'l and Comp. LJ* 30: 01.
- Hudson, L. Owens, C.S. and Flannes, M. 2011. "Drone warfare: Blowback from the

- new American way of war". *Middle East Policy* 18 (3): 122-132.
- Hurst, S. 2005. "Myths of Neoconservatism: George W. Bush's 'Neo-conservative' Foreign Policy Revisited". *International Politics* 42(1): 75-96.
- Jervis, R. 2003. "Understanding the Bush doctrine". *Political Science Quarterly* 118 (3): 365-388.
- Jervis, R. 2005. "Why the Bush Doctrine cannot be sustained". *Political Science Quarterly* 120 (3): 351-377.
- Jervis, R. 2013. *American foreign policy in a new era*. Routledge.
- Kilcullen, D. and Exum, A.M. 2009. "Death from above, outrage down below". *New York Times* 16: 529-35.
- Kilcullen, D. 2010. *Counterinsurgency*. Oxford University Press.
- Kirton, J. 2015. "'The Only Game in Town'—But is it a Legal One? American Drone Strikes and International Law".
- Knopf, C. 2012. "Free Expression, Information Superiority, Image, and Operation Security: Crafting a Military Communication Model for the Cyber Age". In *APSA 2011 Annual Meeting Paper*.
- Layne, C. 2008. "Security studies and the use of history: Neville Chamberlain's grand strategy revisited". *Security Studies* 17 (3): 397-437.
- Löfflmann, G. 2017. *American Grand Strategy Under Obama: Competing Discourses*. Edinburgh University Press.
- Mayer, M. 2015. "The new killer drones: Understanding the strategic implications of next-generation unmanned combat aerial vehicles". *International Affairs* 91 (4): 765-780.
- Miller, B. 2006. "Balance of power or the state-to-nation balance: Explaining Middle East war-propensity". *Security Studies* 15 (4): 658-705.
- Miller, B. 2008. "US management of Middle East war and peace: Between defensive realism and offensive liberalism". In *US-Israeli Relations in a New Era* (23-46). Routledge.
- Miller, B. 2010. "Explaining changes in US grand strategy: 9/11, the rise of offensive liberalism, and the war in Iraq". *Security Studies* 19 (1): 26-65.
- Miller, B. 2010b. "Democracy promotion: Offensive liberalism versus the rest (of IR theory)". *Millennium* 38 (3): 561-591.
- Morris, Z. 2018. "US Drones: Smaller, Less Capable Drones for the near Future". *Military Review* 98 (3): 38.
- Okpaleke, F. and Burton, J. (2020). "9 US grand strategy and the use of unmanned aerial vehicles during the George W. Bush administration". *Emerging Technologies and International Security: Machines, the State, and War*, 153.
- Posen, B.R. 2014. *Restraint: A new foundation for US grand strategy*. Cornell University Press.
- Qadir, A. and Alasuutari, P. 2013. "Taming terror: domestication of the war on terror

- in the Pakistan media". *Asian Journal of Communication* 23(6): 575-589.
- Reymond, M. 2012. *The United States and its lethal drone policy in Pakistan/Afghanistan: Targeted Killings Polemics*. GRIN Verlag.
- Roff, H.M. 2014. "The strategic robot problem: Lethal autonomous weapons in war". *Journal of Military Ethics* 13 (3): 211-227.
- Ronald G, Shaw, I.G. and Akhter, M. 2012. "The unbearable humanness of drone warfare in FATA, Pakistan". *Antipode* 44 (4): 1490-1509.
- Sadat, L.N. 2004. "Terrorism and the Rule of Law". *Wash. U. Global Stud. L. Rev.* 3: 35.
- Sadat, L.N. 2006. "Extraordinary rendition, torture, and other nightmares from the war on terror". *Geo. Wash. L. Rev.* 75: 1200.
- Sauer, F. and Schörnig, N. 2012. "Killer drones: The 'silver bullet' of democratic warfare?". *Security Dialogue* 43 (4): 363-380.
- Schmidt, B.C. and Williams, M.C. 2008. "The Bush doctrine and the Iraq War: Neoconservatives versus realists". *Security Studies* 17 (2): 191-220.
- Shah, A. 2014. "Constraining consolidation: military politics and democracy in Pakistan (2007-2013)". *Democratization* 21 (6): 1007-1033.
- Shah, A. 2018. "Do US drone strikes cause blowback? Evidence from Pakistan and beyond". *International Security* 42 (04): 47-84.
- Sloan, E.C. 2012. *Modern military strategy: an introduction*. Routledge.
- Strachan, H. 2005. "The lost meaning of strategy". *Survival* 47 (3): 33-54.
- Strawser, B.J. 2013. "More Heat than Light: The Vexing Complexities of the Drone Debate". 3 *Quarks Daily*.
- Von Hlatky, S. and Fortmann, M. 2009. "The nuclear question and the Obama presidency". *International Journal* 64 (1): 173-181.
- Zegart, A. 2018. "Cheap fights, credible threats: The future of armed drones and coercion". *Journal of Strategic Studies*: 1-41.
- Zenko, M. 2013. *Reforming US drone strike policies* (No. 65). Council on Foreign Relations.

## RESUMO

Este artigo avalia o papel dos drones em promover ou enfraquecer a Grande Estratégia dos EUA. O pano de fundo do artigo avalia o pensamento de que o uso contemporâneo de drones, no contexto do pós-11/09, enfraquece os objetivos estratégicos das sucessivas administrações dos Estados Unidos, conforme evidenciado pelo aumento do antiamericanismo no mundo muçulmano, proliferação de drones pelos concorrentes próximos, número de civis mortos e enfraquecimento do apoio aos EUA nos países-alvo. Isso implica que, embora os drones tenham desempenhado um papel histórico e significativo para os EUA na projeção de poder, afirmando seu unilateralismo e hegemonia militar ao lidar com Estados pária e grupos terroristas após o 11 de setembro, a utilidade política e estratégica dos ataques com drones para a grande estratégia dos EUA não é clara. Assim, este artigo defende que, embora os drones armados tenham desempenhado um papel fundamental como instrumento-chave da política para facilitar a estratégia ofensiva dos EUA em estados-alvo, as consequências dos ataques de drones e seus aspectos controversos geram resultados hostis que servem para prejudicar os objetivos estratégicos dos EUA. Com base na análise qualitativa de dados secundários, o documento questiona a conveniência e os benefícios da utilização e do aumento da dependência dos drones armados, como caminho para promover a Grande Estratégia dos EUA.

## PALAVRAS-CHAVE

Drones; Grande Estratégia; Estados Unidos.

*Recebido em 1 de junho de 2020*

*Aprovado em 30 de novembro de 2020*

*Traduzido por Felipe Werner Samuel*